

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
"JOSÉ GOMES DA SILVA"

**RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO
SOBRE OS REMANESCENTES DA
COMUNIDADE DE QUILOMBO DE CAMBURI
UBATUBA-SP**

ABRIL / 2002

ÍNDICE

Introdução.....	03
1. História da Ocupação territorial e Composição Étnica do Cambury.....	09
1.1. Breve introdução à história da escravidão em Ubatuba.....	09
1.2. A formação étnica e territorial do bairro do Camburi.....	13
1.2.1. O Camburi como um local de refúgio de escravos negros.....	14
1.2.2. A Fazenda Cambury.....	17
1.2.3. Síntese das versões e a formação étnica posterior do Cambury.....	19
1.3. A situação social e fundiária do bairro do Camburi a partir de 1960.....	24
1.3.1. Da atuação do IBRA a venda de terras no Camburi.....	25
1.3.2. Da chegada do “meio ambiente” ao Camburi aos dias de hoje.....	28
2. Considerações finais.....	34
3. Bibliografia.....	38

PARECER SOBRE O BAIRRO DO CAMBURI COMO COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS

O presente relatório técnico-científico (RTC) refere-se aos estudos de natureza antropológica realizados sobre a comunidade do Camburi, bairro localizado no município de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, visando o seu reconhecimento enquanto Remanescentes de Comunidades de Quilombos.

Como será demonstrado no decorrer deste RTC, foi verificado que todas as atuais famílias que constituem a comunidade tradicional do Camburi são descendentes dos antigos núcleos de escravos que ocuparam territorialmente aquele bairro ainda durante o século XVIII, apresentando, portanto, vínculos identitários e territoriais para que possam ser reconhecidos como pertencentes a uma Comunidade de Remanescentes de Quilombos, fazendo jus assim ao direito territorial previsto pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, como também pela legislação estadual paulista (Lei 9757/97 e Decreto 42.839/98).

Introdução

O bairro do Camburi localiza-se ao norte do município de Ubatuba e faz fronteira com o município de Paraty, no Rio de Janeiro. Encontra-se integralmente dentro dos limites do Parque Estadual da Serra do Mar e parcialmente nos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina. A provável transformação do bairro do Camburi em um território quilombola certamente implicará na redefinição da condição atual de seus moradores enquanto pertencentes a uma população tradicional que convive dentro, não de uma, mas de duas unidades de proteção integral.

A comunidade do bairro do Camburi, formada há pelo menos cento e cinquenta anos, é identificada de maneira consensual tanto pelos seus membros, como pelos membros da sociedade regional, enquanto uma comunidade de caiçaras que possui limites territoriais bem definidos. Atualmente, são inúmeras as

dificuldades que as 50 famílias que compõem essa comunidade – cerca de 230 pessoas entre crianças, jovens, adultos e velhos – enfrentam em seu cotidiano e que podem ser sintetizadas numa palavra: falta...*de transporte para a cidade; falta de assistência à saúde e à educação; falta de saneamento básico; falta de alternativas econômicas sustentáveis a longo prazo; falta de energia; falta de controle sobre o turismo e, portanto, falta de controle sobre o território tradicionalmente por elas ocupado.*

Dentre todas as faltas possíveis, talvez a que mais frustre as expectativas dos membros dessa comunidade é a que se relaciona à indefinição territorial a que estão submetidos, pelo menos, desde a década de 1960.

Desde 1996, a população local do Camburi – além das de outras comunidades na região - está um tanto quanto sobressaltada pelo fato do início de uma Ação Discriminatória que julgará a legitimidade dos títulos de propriedade locais, movida pela Fazenda do Estado de São Paulo. Enquanto a decisão final se arrasta nas diversas esferas judiciais e não se resolve de maneira definitiva quem, de fato, são os incontestáveis “donos do Camburi” – seus moradores tradicionais ou os pequenos e grandes supostos proprietários “de fora” -, o quadro social e político do bairro ficou cada vez conturbado com a entrada de outros personagens.

É bom não esquecermos que o Camburi além de ficar numa zona de fronteira entre dois estados, sua conformação geográfica permite que ainda ele seja utilizado como refúgio, desde turistas adeptos do camping selvagem, como de outros personagens de origem desconhecida, o que deveria ser considerado pelas autoridades competentes como um dado extremamente preocupante. Há pessoas que já afirmam que o Camburi está prestes a se tornar um "caso de polícia". Qualquer medida que seja tomada em relação ao Camburi deverá ter como um dos focos centrais a resolução da situação das diversas pessoas que não pertencem a comunidade mas que possuem casas no bairro.

É importante ressaltar que a necessidade de desafetação dos limites dos dois parques que incidem no bairro do Camburi, uma vez que a totalidade ou mesmo uma fração de seu território seja declarada como quilombo, deverá ser um assunto a ser tratado com cuidado redobrado, pois terá implicações futuras importantes. Para muitos, apesar de todas as dificuldades trazidas para a

comunidade local, o "parque" ajudou a preservar minimamente a posse de seus moradores tradicionais, o que tem sua parte de verdade histórica.

Apesar das inúmeras diversidades a que estão submetidos, os moradores do Camburi mantêm ainda uma razoável coesão comunitária, pois a grande maioria dos seus membros está ligada por laços de parentesco. Como veremos no decorrer deste relatório, essa comunidade tradicional e diferenciada apresenta em sua formação inicial (em termos territoriais e étnicos), ainda no século XVIII, elementos históricos e de parentesco que tornam incontestável sua categorização atual enquanto uma comunidade de remanescente de quilombos.

O primeiro passo na direção de um possível reconhecimento do bairro do Camburi como um território constituído atualmente por remanescentes de comunidades de quilombos foi dado em 1996, quando assessores da Prefeitura Municipal de Ubatuba¹ levaram ao conhecimento de algumas lideranças locais o direito proposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Para que não parem dúvidas sobre esse parecer, fazem-se necessários alguns esclarecimentos em relação ao conceito atual de quilombo e os procedimentos técnicos que têm subsidiado o reconhecimento de comunidades de remanescentes desse tipo de formação social.

A definição compartilhada amplamente pelo senso-comum sobre quilombo – e por muito tempo, legitimada pelos estudos realizados sobre o assunto -, está associada a uma história, poderíamos dizer, oficial, na qual ganhou destaque sua caracterização como um lugar isolado e distante, constituído exclusivamente por “negros fugidos”. Rebelados de sua condição escrava, portanto, durante a vigência da escravidão, os quilombolas pertenceriam a uma formação social com ocorrência em um passado bastante remoto. Não é à toa que no senso comum a idéia de quilombo associa-se a imagem do líder Zumbi e do quilombo de Palmares.

Em parte, em virtude das polêmicas desencadeadas pelo início da aplicação do Artigo 68 - ou seja, com o início do processo de reconhecimento inicial das comunidades de remanescentes de quilombos no Brasil -, passou a existir no cenário acadêmico um investimento profundo em pesquisas de revisão sobre o

¹ Cumprindo assim com uma das determinações expressas pelo Grupo de Trabalho criado pelo Decreto 40.723, de 21 de março de 1996, e responsável pela pré-identificação de áreas quilombolas em todo território paulista.

período escravocrata que, por conseqüência, influenciando o poder público, acabou por ampliar significativamente os critérios para a compreensão da organização social dos antigos quilombos, como também dos procedimentos para se identificar as comunidades atuais que com eles detêm vínculos históricos, como é o caso da comunidade do Camburi, objeto deste parecer.

Essa ampliação semântica da definição tradicional do termo quilombo tem propiciado a um maior número de frações do campesinato negro reivindicar seu reconhecimento enquanto comunidade de remanescente de quilombos, incorporando segmentos que, se tivesse sido mantida a concepção clássica de "lugar de negros fugidos", não poderiam ser contemplados com o Artigo 68. Ou seja, a concepção atual sobre os antigos quilombos agora não é mais vista como restrita àquela concepção fechada de "lugar isolado de negros fugidos", mas também, de inúmeros outros tipos de formações sociais que resultaram, por exemplo, *...da compra de terras por negros libertos ou forros; da doação de terras pelos antigos senhores que contemplaram seus escravos em seus testamentos; da posse pacífica de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de grave crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros dos povoados etc.* (Arruti,2001).

Se a concepção sobre os critérios que constituíram os quilombos tradicionais vem sendo objeto de reconsideração, os critérios atuais para que se proceda à identificação de comunidades passíveis de reconhecimento enquanto remanescentes destas formações sociais estão, conseqüentemente, também em constante processo de redefinição.

Nesse sentido, influenciado positivamente por este revisionismo historiográfico, a definição de quilombo proposta pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1994 - e incorporada pelo então Presidente da Fundação Cultural Palmares, Dr. Joel Rufino dos Santos - é a que tem norteado os procedimentos de identificação atualmente.

Diz a definição: *toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado* , o que, em outras palavras, significa dizer: as comunidades que atualmente reivindicam sua condição de remanescentes de quilombos devem ter em sua composição pessoas que se reconheçam enquanto

descendestes de escravos, e não que se reconheçam somente como descendentes de escravos *fugidos*.

Por outro lado, após inúmeras observações em campo, tem sido verificado que na composição das comunidades que reivindicam sua condição de remanescentes de quilombos existe uma diversidade de agrupamentos étnicos (não só afro-descendentes, portanto) que se aliaram politicamente visando à ocupação e o controle de um mesmo espaço territorial. Assim, caiçaras, caipiras, caboclos, seringueiros, camponês, bairros rurais, populações ribeirinhas, etc., são denominações genéricas que, muitas vezes, escondem uma diversidade de identidades etnicamente diferenciadas, entre as quais, pode-se facilmente encontrar, comunidades que se identifiquem como descendentes de escravos propriamente ditos.

Quais seriam então as implicações dessas considerações sobre a definição de quilombo atualmente e, particularmente, sobre os procedimentos técnicos que subsidiam os trabalhos de identificação antropológica das comunidades que demandam seu reconhecimento como remanescentes? Na verdade, ao tentarmos responder a essa pergunta estaremos discutindo quem ou qual instância, de fato e de direito, são os responsáveis pela definição do que é ser um remanescente de quilombo.

A polêmica aqui giraria em torno de uma suposta contradição existente entre, por um lado, o levantamento histórico e genealógico efetuado pelo antropólogo sobre a identificação de uma determinada comunidade como remanescentes de quilombos e, por outro, um fenômeno extremamente dinâmico como é o caso do processo de auto-identificação pelos membros da comunidade em questão. Ao contrário do trabalho do antropólogo, que detém, via de regra, o acesso a fontes documentais e orais para confirmação ou refutação do território e da identidade quilombola, o processo de auto-identificação de cada membro ou de cada núcleo familiar de uma determinada comunidade enquanto remanescentes de uma comunidade de quilombo é circunstancial e altamente subjetivo. De maneira mais clara, assumir a condição enquanto remanescentes de comunidades de quilombos implica para os membros de uma determinada comunidade - independentemente se a comunidade da qual fazem parte estiver estabelecida em um território comprovadamente quilombola em termos históricos - desde o

rompimento com antigos preconceitos arraigados em relação ao passado de escravidão, até na avaliação pragmática dos benefícios e/ou prejuízos sociais e políticos decorrentes desta tomada de decisão.

Em virtude destas considerações, admitimos para efeito de nossos estudos três etapas básicas, distintas mas interdependentes, que articularam as ações para o reconhecimento étnico da comunidade do Camburi enquanto remanescentes de comunidades de quilombos.

- a) a reconstrução pelo antropólogo do processo histórico de ocupação territorial e de formação étnica do bairro do Camburi através da articulação da memória dos seus atuais moradores (recolhida através da história oral) aos levantamentos documentais e bibliográficos levantados em nossas pesquisas;
- b) a auto-identificação das atuais famílias que constituem a comunidade do Camburi enquanto remanescentes de comunidades de quilombos;
- c) o processo de discussão dos limites do futuro território quilombola com as famílias que se auto-identificaram enquanto remanescentes de comunidades de quilombos.

Como será demonstrado no decorrer deste relatório, a primeira etapa acima referida - qual seja, de reconstrução histórica da ocupação territorial e de formação étnica -, não deixa a menor dúvida sobre o fato de que as atuais famílias de moradores tradicionais do Camburi são, todas elas, descendentes dos primeiros núcleos familiares de escravos que ocuparam originalmente o território no qual se localiza atualmente esse bairro.

Essa constatação da formação histórica do território do Camburi como quilombola e dos vínculos de parentesco dos seus atuais moradores com os seus primeiros ocupantes escravos - levantados pela elaboração da árvore genealógica - não implicou, todavia, em uma esperada auto-identificação enquanto quilombolas da totalidade dos membros presentes atualmente no Camburi. OU seja, como foi discutido anteriormente, se é fato incontestável que todas as famílias tradicionais do Camburi podem se identificar enquanto remanescentes de comunidades de quilombos devido aos seus laços históricos de parentesco com os primeiros núcleos de escravos que ocuparam esse território, diversos outros fatores impediram, por

ora, que parte dessas famílias camburinenses se recusassem a aceitar a proposta de transformação do Camburi em um território quilombola.

Nas considerações finais desse relatório, ao retomarmos esta questão, indicaremos os encaminhamentos que a equipe técnica responsável por este trabalho de reconhecimento acordou com a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Camburi.

1. História da Ocupação Territorial e Composição Étnica do Camburi

Nessa parte do relatório apresentamos e discutimos o contexto geral da vigência da escravidão em Ubatuba e, em seguida, analisamos a composição e a trajetória da ocupação de diferentes grupos locais no território de Camburi - desde a sua ocupação pelos primeiros núcleos de escravos, passando pela chegada da especulação imobiliária já na década de 1960, até chegarmos na complexa situação de ocupação fundiária atual.

1.1. Breve introdução à história da escravidão em Ubatuba

Para estudar o escravo, pois, é preciso buscá-lo nos seus longos dias de trabalho, sol a sol, nas senzalas pobres e tristes, na solidão tremenda, dos que não têm nenhum direito e nenhuma liberdade; cumpre vê-lo no afastamento angustiante dos seus entes mais queridos, na revolta profunda dos que nada podem, no ceticismo amargo dos que não esperam nunca. Nessas condições, viveu o escravo, e, com ele, uma instituição, a escravidão. (Cerqueira, 1966:10)

O levantamento da história social da região norte do litoral paulista no período compreendido entre o início da ocupação portuguesa na região (1550) e o início da elaboração das listas nominativas (censos populares) por volta de 1765 apresenta enorme dificuldade de reconstituição por falta de referência documental. (Fernandez, 1997). Todavia, é bem provável que esta região à época da chegada dos primeiros colonizadores portugueses era toda ocupada originalmente pelos índios tupinambás e que, após a sua “pacificação” e quase completa extinção, foi paulatinamente ocupada por núcleos de portugueses que conseguiram,

simultaneamente, vencer e expulsar os franceses que com eles disputavam também a ocupação daquela região.

A partir de 1700 já há indicações sobre a existência de escravos negros em Ubatuba. Segundo alguns autores (Cerqueira,1966;. Marcílio,1986), até 1800, a condição desses escravos aportados em Ubatuba apresentava certas peculiaridades. Devido a pequena dimensão da maioria das propriedades e dos poucos recursos financeiros de seus proprietários, a grande parte dos estabelecimentos de Ubatuba (urbanos e rurais) tinha em média cerca de dois escravos, o que possibilitava uma convivência bastante próxima entre a “casa grande” e a “senzala”.

Além disso, tais escravos eram, em sua grande maioria, importados de outras regiões do Brasil e não diretamente da África, fenômeno que só viria a ocorrer posteriormente².

Nestas condições, com um, dois ou três escravos por grupo doméstico, o escravo levava sem a liberdade uma existência, no resto, bem semelhante à de seus donos. Quase sempre coabitavam o mesmo pequeno rancho de pau-a-pique, comendo o mesmo alimento básico (farinha de mandioca, feijão, algum peixe e caça, muita fruta e legumes), vestindo as mesmas sumárias vestimentas de algodão, feitas na terra. (Marcílio,1986:105).

É possível afirmar, como nos ensina Cerqueira (1966), que nos 50 anos finais do século XVIII (1750 a 1800), a maioria da população de Ubatuba vivia quase que totalmente da pequena produção agrícola de subsistência - produção de farinha de mandioca, arroz, feijão e pesca. Segundo a mesma autora, somente a existência de alguns poucos engenhos de açúcar, que tiveram vida curta, destoavam nesta época deste contexto econômico:

Em 1760 já florescia em Ubatuba a economia açucareira com a presença de cerca de vinte engenhos. Para o trabalho na lavoura de açúcar era empregado o elemento escravo, seja para o cultivo da cana, seja na preparação da aguardente. (...) Tolhido por impedimentos diversos, e suplantado posteriormente pelo café, o

²Aliás, estes escravos “brasileiros”, digamos assim, são definidos nos documentos da época como “criolos” em contraposição aos africanos, estes sim, importados diretamente da África.

açúcar gozou anos de prosperidade que foram, porém, rápidos e poucos.
(Cerqueira, 1966:12)

A paisagem fundiária de Ubatuba - e as relações sociais daí derivadas - sofrerá uma mudança considerável a partir das primeiras décadas do século XIX (portanto, entre 1800 e 1830) com a chegada de uma nova leva de estrangeiros (portugueses e franceses) que, com grandes recursos financeiros, passarão a investir pesadamente na compra de terras visando a sua incorporação à agricultura de exportação, particularmente a do café.

A quantidade da mão-de-obra escrava em Ubatuba ganhará assim proporções até então nunca vistas, por conta da necessidade operacional que a lavoura cafeeira exigia.

Se em 1798 a proporção de escravos na população total do município era de 21%, em 1830 eles formavam 33% do total, e em 1839 já atingiam 39%! Eles eram apenas 446, em 1790 mas chegaram a 2.329, em 1839. (Cerqueira, 1966:101).

Um outro fator que propiciará a intensificação do tráfico negreiro para a região virá a partir da compra e do escoamento de escravos para as fazendas de café do Vale do Paraíba – como também para Minas Gerais -, transformando o porto de Ubatuba não só em um local de recebimento de escravos para este município, como também de posto de passagem para outras regiões dentro e fora das fronteiras paulistas.

...depois da década de 1830, as praias de Ubatuba serviram de ancoradouro de desembarques clandestinos³ de escravos destinados ao vale do Paraíba e a Minas Gerais.⁴ (Cerqueira, 1966:103).

A guinada da economia ubatubense, com a implantação das fazendas de café, implicaria então na exacerbação das contradições existentes nas relações entre senhor e escravo. Se essa convivência era menos desconfortável para ambos até então – mas não sem conflitos, é claro⁵ - a partir dessa nova opção econômica

³ É que em 1831 foi promulgada pelo governo imperial a primeira lei que proibia o tráfico de escravos negros no Brasil, tida como letra morta pois não foi respeitada por nenhum dos proprietários rurais. Daí a caracterização formal de “clandestinidade” aos desembarques nas praias de Ubatuba.

⁴ *Em 4 de dezembro de 1840, por exemplo, foi registrado o desembarque clandestino, feito na calada da noite, de dois navios na Prainha do Bonete. Nada menos do que 700 escravos foram aí desembarcados e ficaram na fazenda de Francisco Xavier Duarte da Veiga, da Praias de Tabatinga, segundo denúncia feita pelo juiz de paz, João Alves da Graça ao presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar.* (Marcelio, 1974:104)

⁵ Ainda em 1783, portanto, antes da mudança da economia, Cerqueira (1966) chama a atenção para este fato ao afirmar que: *A despeito de saber dos riscos, dos perigos todos que um ato de rebeldia pudesse custar, ainda assim os escravos tentavam obter a liberdade que lhes fora usurpada. Por vezes fugiam em grupos e, associados num esforço para*

e da necessidade inerente a ela do tráfico da mão-de-obra africana, a instituição escravocrata em Ubatuba passará a ganhar contornos conflituosos mais explícitos.

Por volta de 1825, eram comuns desordens em Ubatuba, conflitos provocados por pardos e pretos, tanto libertos como cativos. Foi por essa ocasião que se tomou uma série de medidas a fim de impedir movimentos subversivos. Entre elas, proibiu-se o uso de armas entre os escravos e estabeleceu-se um toque de recolher após o qual qualquer escravo encontrado sem seu senhor seria preso e punido. O clima de tensão persistia. Houve nesse ano uma tentativa de levante de escravos das fazendas ao norte da vila.(...) Em 1831, ocorreu na Vila a maior insurreição de escravos de sua história. ⁶

Em Ubatuba, como de resto ocorreu no Brasil como um todo, nas últimas décadas do século XIX se assiste a erosão da instituição escravista. A um período de aquecimento da economia – refletida no aumento do tráfico de escravos para as fazendas de café da região – seguiu-se um período de decadência econômica e social ⁷ que seria marcado pelo abandono ou loteamento para venda das fazendas pelos proprietários então falidos e pela conseqüente ocupação de frações do território ubatubense por núcleos de escravos que por ali permaneceriam por longas décadas e por outros núcleos que viriam para ali em busca de melhor sorte.

É, portanto, a partir da decadência das grandes fazendas de café do litoral norte e do seu abandono pelos antigos proprietários e da conseqüente ocupação de seus espaços por núcleos de escravos e/ou ex-escravos – nativos dali mesmo ou fugidos de outras paragens -, que encontramos as pistas iniciais sobre a formação do que viria a ser futuramente algumas das comunidades caiçaras de Ubatuba, entre elas, a do Camburi.

*resistir, aquilombavam-se em postos estratégicos. Era uma tentativa de volta à situação tribal. **Por volta de 1783** constava a existência de um quilombo próximo à paragem do rio Paraibuna, no caminho entre São Luis e Ubatuba.(...) A clima de tensão persistia. Houve nesse ano uma tentativa de levante de escravos das fazendas ao norte da vila.* (Ofício de Antonio Manuel de Carvalho ao Sr. Governador Rodrigo César de Menezes – Caixa 10 – Arquivo Público do Estado de São Paulo em : Cerqueira,1966:29)

⁶ Ofício de Joaquim Floriano de Toledo ao Sr. Governador, Ubatuba 4 de janeiro de 1825, In: Ofícios Diversos – Caixa 526 – Arquivo Público do Estado de São Paulo em : Cerqueira,1966:29/30

⁷ *A partir de 1850, com a cessação do tráfico, a mão de obra escrava tornava-se impossível de ser adquirida em larga escala. À medida que os cafezais de Ubatuba definhavam, os antigos senhores, receosos de grandes perdas, passaram a*

1.2. A formação étnica e territorial do bairro do Camburi.

São duas as possibilidades de se compreender a constituição étnica e territorial do atual bairro do Camburi. Na primeira versão, levantada somente a partir dos relatos orais dos atuais moradores do bairro, destaca-se uma ocupação original do bairro apenas através de núcleos de escravos fugidos de fazendas da região de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Nessa versão, a existência de uma Fazenda, denominada Cambory, é totalmente ignorada. Na segunda versão, através do cruzamento de informações orais e de documentos históricos, é possível articular a existência e a decadência econômica da Fazenda Cambory à sua apropriação concomitante por um núcleo de escravos dela originário. Posteriormente, segundo ainda esta versão, outros núcleos de escravos ali chegariam em busca de refúgio. Independente de qual das versões se tome em consideração, a presença de núcleos de escravos na ocupação inicial do território do atual bairro do Camburi é incontestável.

1.2.1. O Camburi como um local de refúgio de escravos negros.

O bairro do Camburi, devido particularmente a sua localização geográfica, apresenta nas raízes de sua formação étnica evidências de que, em determinado contexto histórico, constituiu-se como um quilombo tradicional no sentido clássico do termo, ou seja, como um local de refúgio de escravos.

Segundo a historiadora Maria Luiza Marcílio⁸, o fato do bairro se localizar numa zona de fronteira entre dois estados – Rio de Janeiro e São Paulo -, indicaria uma importante pista para a compreensão do início de sua ocupação. Na época da vigência da escravidão, era comum a fuga de escravos “paulistas” para o Rio de Janeiro, fugindo das expedições de “caça ao escravo fugido”, patrocinadas pelas autoridades locais de Ubatuba. A recíproca, segundo a historiadora, é logicamente verdadeira: escravos “cariocas”, particularmente das fazendas de Paraty, também fugiam para o território paulista. Cerqueira, uma outra pesquisadora sobre a escravidão em Ubatuba, confirma esse argumento ao afirmar que:

dispor de seus negros e mulatos, vendendo-os no Vale do Paraíba por altos preços. De 1857 a 1867 calcula-se em quatro mil o número de escravos exportados. (Cerqueira,1966:22)

⁸ Informação pessoal. Entrevista realizada em 10 de agosto de 2001.

Escravos de Ubatuba eram encontrados no Rio de Janeiro, assim como em 1842, foram encontrados, em Ubatuba, dois escravos fugidos da fábrica de São João, de Ipanema (Cerqueira, 1966:27).

De modo geral, a história oral dos atuais moradores do Camburi reforça os argumentos para essa forma de ocupação territorial. Senão, vejamos.

Mansano (1999:50) colheu depoimentos de vários moradores do Camburi que, de modo consensual, assinalaram que um grupo de escravos liderado por uma certa escrava Josefa teria fugido de fazendas localizadas no litoral do município de Paraty no Rio de Janeiro e ocupado parte da região do atual bairro do Camburi por volta do final do século XIX. Esta fase da história da ocupação do Camburi tem uma referência concreta nos dias atuais: a Toca da Josefa⁹.

Existia uma senhora que caçava bicho do mato. Isso muito antes de nascer, meus avós já contavam pros meus pais e eles contaram pra mim. Essa mulher vinha de Trindade (RJ) aqui caçar, vinha caçar. Quando ela e seu grupo vinha caçar em Camburi ficava numa toca com seu bando. Aqui para baixo tem a Toca do Tio Paulo que era um senhor antigo aqui do lugar. Ele contava as histórias do tempo da escravidão. Aqui tem uma toca que trata de Toca da Josefa, é aqui mesmo em cima do morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão. A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida junto com seu bando. Eles vinham pescar aqui na praia, tirar marisco das pedras. Foi na época da escravidão. (Depoimento de Fernando Soares, morador local, in: Mansano, 1999:50)

Alguns dos moradores atuais identificam a escrava Josefa como “tia”, confirmando que ela é uma “parenta” distante. Não foi possível identificar na árvore genealógica o laço de descendência entre ela e os grupos familiares atuais do bairro. Independentemente desta identificação, a história da escrava Josefa se confunde nas narrativas nativas com a fundação do bairro do Camburi¹⁰.

A memória da chegada ao território do Camburi de um núcleo familiar de escravos, os Conceição, por volta de 1870 - ao que tudo indica, de fazendas da região de Paraty - se funde no tempo, com a menção à ocupação do mesmo território por um outro núcleo familiar de escravos identificado como os Basílio. Este

⁹ Que é atualmente referência para a divulgação do ecoturismo na região norte de Ubatuba. (Ver matéria em anexo). É importante assinalar que outra referência significativa aos vínculos do bairro do Camburi com a ocupação por escravos africanos é a denominação, preconceituosa, de um dos seus principais rios, João Crioulo.

¹⁰ Como também é utilizada como propaganda pelo turismo regional de pousadas ecológicas. Ver anexo.

núcleo seria liderado por um escravo (ou ex-escravo¹¹) apelidado de “Velho Basílio”. Basílio Ignácio dos Santos, o “Velho Basílio”, teria sido casado com duas mulheres, união da qual se origina um dos troncos familiares de maior prestígio interno entre os atuais descendentes. Uma outra personagem teria dado origem a um outro tronco familiar do Camburi: a “escrava Cristina”. Personagem quase tão mítica quanto a escrava Josefa entre os Camburienses -, que muito dos interlocutores atuais mais velhos chegaram a conhecer quando crianças. Dizem estes interlocutores que a “Velha Cristina” morreu com cerca de 115 anos, por volta de 1950. Apesar dos moradores atuais do Camburi não se lembrarem, um outro interlocutor , que não se encontra mais morando no bairro, nos informou dos vínculos de parentesco existentes entre os Basílio e a escrava Cristina:

"A mãe dele [apontando para um dos moradores do Camburi bisneto do velho Basílio] é da minha idade, tá com oitenta e poucos anos, ela é minha parente por parte da Cristina. O pai dela era sobrinho da minha vó, da Cristina." (depoimento de M.I., neto de Cristina).

O interesse aqui em demonstrar os laços de parentesco existentes entre os Basílio e a escrava Cristina tem uma explicação: as famílias de Cristina e dos Basílio são as referências mais antigas do bairro e na genealogia recolhida por Mansano (1999), base da nossa pesquisa, não aparecem os laços que os unem. Cristina, ao se casar com um homem de fora, "branco", fundaria uma nova descendência no Camburi, conhecida como os Rosário.

Na formação do primeiro núcleo familiar no Camburi encontramos ainda, como demonstra a genealogia anexa, a aliança via casamento entre duas famílias de escravos, os Basílio e os Conceição, sendo que os Rosário seriam, na verdade, uma dissidência desse núcleo familiar maior. Voltaremos a falar dos Rosário quando discutirmos a outra versão da história da fundação do bairro do Camburi sobre a existência da Fazenda Cambory.

Duas outras famílias de escravos (ou descendentes) chegariam ainda ao Camburi por volta de 1900. A primeira, originária também da região de Paraty, é identificada como os Bento:

¹¹ Difícil definir a “condição escravo” ou de “ex-escravo” deste primeiro núcleo familiar que ocupou o Camburi. Poderia ser inclusive escravos que foram alforriados pelo proprietário da antiga Fazenda Cambory (veremos mais à frente provas documentais que comprovam a existência desta fazenda) ou mesmo que receberam parte daquelas terras como doação, como costuma ocorrer em diversos casos parecidos.

Em seguida, chegou a família de Manuel Bento, casal e cinco filhos. Tal como os Basílio, José Bento também foi um escravo, fugido de uma fazenda nas proximidades de Paraty, segundo relato de seu neto, hoje com 63 anos (Antonio Conceição, o inglês). O pai do interlocutor, também José Bento, nasceu em liberdade. Já morando no Camburi, o pai do interlocutor foi trabalhar uns tempos em um engenho próximo a Ubatuba, onde conheceu Maria Conceição Abreu, filha do dono do engenho. De acordo com o relato, seu pai era negro, mas sua mãe era clara e dos olhos azuis, fato que explica sua pele e olhos e o cabelo caracolado . (Mansano, 1999:55)

Sobre a segunda família que teria chegado por volta da mesma época ao Camburi, os Zacarias, não há uma referência clara de onde teriam vindo. É certo que eram descendentes de escravos, conforme relata uma descendente direta do casal Zacarias, C., ainda viva. Os pais e os irmãos de C. saíram do Camburi na década de 1960, após venderem, assim como os Rosário, a maior parte de suas glebas para “gente de fora”, e passaram a ocupar uma outra área próxima ao Camburi.

Como foi dito no início desta seção, esta versão, assentada nos relatos orais colhidos em campo dos descendentes dos primeiros moradores do bairro, indica que por volta das últimas décadas do século XIX, o Camburi foi um local de refúgio para escravos fugidos de fazendas de Paraty, caracterizando-o assim como um quilombo no sentido tradicional do termo. Um outro argumento que viria a reforçar esta versão é o de que os atuais moradores do bairro, ouvidos por Mansano (1999), não fazem referência em nenhum momento de suas pesquisas, à existência em seu território tradicional de uma fazenda denominada Cambory.

Mas a documentação levantada sobre o bairro junto ao Arquivo Histórico de São Paulo indica que a Fazenda Cambory realmente existiu pelo menos por quase 70 anos (1798-1855) na região norte de Ubatuba. Essa existência foi-nos confirmada também por um ex-morador local.

1.2.2. A Fazenda Cambory .

A segunda versão da ocupação territorial do Camburi deve ser entendida como parte de um contexto histórico maior do cenário econômico brasileiro no qual

praticamente todo o litoral foi objeto de incorporação por fazendas de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café.

Conforme foi constatado em nossas pesquisas junto ao Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, é incontestável a existência na região norte de Ubatuba de grandes fazendas de lavoura de cana e, posteriormente, de café, como o são os casos das fazendas Cambory e Picinguaba. O que é impossível de definir são seus limites territoriais precisos e suas localizações exatas, pois não foi (e nem será) encontrada nenhuma documentação que indicasse tais fronteiras. Ao que tudo indica, pelos menos em algum trecho do perímetro no qual se localiza o atual bairro do Camburi foi até 1855, parte da Fazenda Cambory, que teve como proprietários sucessivamente: Domingos dos Santos até 1802 ; seus filhos, Manuel de Oliveira Santos e Francisco dos Santos até 1836.

Essa fazenda, conforme comprovam os documentos em anexo, tinha inúmeros escravos. Cerqueira (1966), que estudou a escravidão em Ubatuba, apresenta a seguinte consideração a respeito das fazendas localizadas ao norte de Ubatuba:

As maiores plantações de café do litoral norte paulista situavam ao lado de Ubatuba, ao passo que os maiores fazendeiros ficavam perto de Caraguatatuba. Das fazendas de Ubatuba obtivemos, ocasionalmente, o nome de três: Fazenda Cambory, de Manuel de Oliveira Santos, natural de Ubatuba; Fazenda Picinguaba, de Maria Alves de Paiva¹², e fazenda de São Pedro de Alcântara, em Brajerinduba, administrada por João Agostinho Steven, que em 1828 iniciava um engenho aí, passando posteriormente (1836) a cuidar do café, de que obtinha nessa data 500 arrôbas. (Cerqueira,1966: 27¹³)

A seguir são apresentadas as documentações referentes à existência da Fazenda Cambory (listas dos escravos, datadas de 1836, de propriedade de Manuel de Oliveira Santos e João de Oliveira Santos).

¹² *Na fazenda Picinguaba, dos 60 escravos existentes em 1850, alguns tinham um ofício: pedreiro, alfaiate, havendo até um barbeiro. (Cerqueira,1966: 19). Atualmente, na ex-fazenda Picinguaba está instalado o Núcleo Picinguaba, responsável pela administração do Parque da Serra do Mar.*

¹³ Carta do Paço da Câmara Municipal de São Sebastião ao Dr. Inspetor da Tesouraria de São Paulo, São Sebastião, 2-12-1854, Arq. Públ. Do Estad. De São Paulo, Ofícios Diversos, caixa 486./ Maços da População, 1836 – APESP, caixa 191.

Com a mudança do eixo da economia ubatubense, no final do século XVIII, a maior parte daqueles pequenos fogos e dos engenhos de cana-de-açúcar veio a se transformar sucessivamente em engenhos de cana-de-açúcar e, posteriormente, em grandes fazendas de café para exportação, que poderiam ser a base na qual se formou a fazenda Cambory.

A partir da metade do século XIX, com a proibição do tráfico negreiro e da abolição formal da escravidão, as grandes fazendas da região entraram em decadência, acabando por ser, na maioria das vezes, loteadas e vendidas ou mesmo abandonadas pelos seus então ex-proprietários.

A essa altura caberia recuperar de maneira breve o que foi discutido na seção dedicada à legislação sobre quilombos. Na primeira versão sobre a história da ocupação territorial do bairro do Camburi encontramos, como vimos, elementos históricos e geográficos, que nos permite caracterizá-lo como um quilombo no sentido tradicional do termo, qual seja, como um lugar isolado de refúgio de escravos negros. Já na segunda versão, na qual nos deparamos com a existência da Fazenda Cambory, encontramos características de ocupação territorial que implicam no abandono, pelo menos parcial, da referida concepção tradicional de quilombo. Trata-se aqui de incorporar em nossa análise o que tem sido chamado de ampliação semântica da noção de quilombo, ou seja, de compreender essa formação social como resultado, por exemplo, de compra de terras por negros, de doação de terras por antigos donos, etc., como vimos na Introdução.

No caso aqui estudado, poderíamos deduzir que, pelo menos em parte, a formação inicial do bairro do Camburi, tanto em termos étnicos como territoriais, foi resultado do abandono dos ex-proprietários da antiga Fazenda Cambory e, concomitantemente, de sua ocupação pacífica por núcleos de escravos que nela trabalhavam ou mesmo através de compra ou doação.

1.2.3. Síntese das versões sobre a fundação do bairro Camburi e a sua constituição étnica posterior

O fato de afirmarmos que, nesta segunda versão, a formação do Camburi pode ser compreendida, em parte, do modo acima referido, merece uma explicação. Nos relatos recolhidos por Mansano (1999), conforme apresentamos acima, a ocupação dos primeiros núcleos de escravos no Camburi foi seguida da chegada de

outros núcleos de escravos, ou melhor, ex-escravos, pois já estávamos então por volta de 1900. É possível então afirmar que na formação territorial inicial do Camburi tenha ocorrido um processo histórico peculiar no qual tenham estado presentes tanto remanescentes de núcleos de escravos da antiga Fazenda Cambory, como de núcleos de escravos fugidos da região de Paraty.

A contradição existente entre o funcionamento e a decadência da Fazenda Cambory e sua ocupação por núcleos de escravos fugidos, parece ser apenas aparente. Na verdade, até que se prove o contrário, a única possibilidade de se compreender a formação inicial do bairro do Camburi é aquela que não contrapõe, mas sim, articula, a existência da Fazenda Cambory e o refúgio de escravos no mesmo lugar ou num lugar bem próximo.

Mansano (1999) ao fazer uma perspicaz dedução da resistência dos atuais moradores do Camburi em se lembrar da existência da Fazenda Camburi, corrobora, mesmo que implicitamente, a articulação a que nos referimos acima:

O fato de os moradores de Camburi não terem nunca citado em suas entrevistas a tal fazenda da qual Cerqueira (1966) fala-nos em seu livro, remete-nos à reflexão primordial sobre os patamares de construção da memória. A memória do grupo parece estar construída no patamar da liberdade e não da opressão, pois em alguns momentos até falam serem descendentes de escravos, mas referem-se a eles como 'ex-escravos, escravos fugidos, negros valentes e fortes que moravam logo ali no morro'. Falar da Fazenda Cambory seria falar de um tempo de sofrimento, no qual trabalhavam forçados, oprimidos, tratados como inferiores. Em vez disso, falam de Josefa, a 'escrava fugida', que lhes é motivo de orgulho devido a sua coragem e valentia. (Mansano,1999:59).

Uma vez deixado claro que a ocupação territorial inicial do bairro do Camburi foi realizada por núcleos de escravos – seja qual for a versão escolhida -, cabe agora descrevermos um pouco o perfil dos demais núcleos familiares que viriam posteriormente a compor o que hoje é a comunidade caiçara do Camburi. Ressalte-se que, como vemos no quadro genealógico a seguir, todos os principais núcleos familiares que passam a residir no Camburi concretizam esta entrada via laços de casamento com algum dos membros dos núcleos de escravo iniciais.

Ao que tudo indica, anos depois da chegada dos Conceição ao Camburi – provavelmente, por volta de 1910 - um único homem de nome Felipe, casou-se com

uma das mulheres do núcleo dos Conceição, Apolinária, dando origem a um novo tronco familiar. Segundo um dos interlocutores ouvidos em campo, Felipe era filho de descendentes de escravos com índios e teria vindo também de Paraty. Seus filhos e filhas se casariam, em sua grande maioria, com os filhos e filhas dos Firmino, família que chegaria ao Camburi por volta de 1940. (Ver genealogia). Segundo os descendentes diretos, Manuel Firmino e Rumualda Firmino seriam originários, respectivamente, da praia de Trindade (Paraty) e do Felix (Ubatuba) e se auto-identificariam como descendentes de um grupo indígena chamado de “Karapeva”¹⁴:

Nós somos uma família só, descendente daqueles antigo que o pessoal chamava de índio Karapeva. Os índio Karapeva era um pessoal que vivia aqui nessa região há muitos anos. Eles vivia que nem bicho do mato. (Depoimento de Donato Firmino para Mansano, 1999:56).

Para finalizar o quebra-cabeça étnico que forma a comunidade do Camburi, uma outra família, por volta de 1950, viria a residir no bairro - de caiçaras, como eles se denominam: a família Lúcio.

Existem dois aspectos a serem ressaltados nesse processo de constituição étnica da comunidade atual do Camburi, desde os primeiros núcleos de escravos até a última família a qual fizemos referência (os Lúcio). Primeiro, todas elas passaram a residir no Camburi via aliança de casamento com descendentes diretos dos primeiros núcleos familiares de escravos que formaram a comunidade - os Basílio, os Conceição, os Bento, os Zacarias e os Rosário (quando levamos em conta as duas versões da formação territorial) :

Antigamente eu conheci umas negras fortes. Nos pedimos para morar por aqui e fomos morando.(...) Conheci uns velhos negros, tudo de barba branca. " (Trechos de depoimentos de dois moradores do Camburi que se auto-identificam como descendentes dos índios Karapeva e que chegaram no bairro por volta de 1940.)

Em segundo lugar, todas estas famílias ocuparam o território do Camburi de maneira consensual, justamente porquê a forma de se apropriarem de frações deste

¹⁴ Não são só os Firmino que se definem como descendentes de índios. Uma outra antiga moradora do Camburi, dona Alice Rosa, que veio nos anos 50 para o bairro, afirmou categoricamente que sua “raiz” é Kapeva . Não há, todavia, referências históricas documentadas na literatura conhecida sobre essa suposta etnia. (o que não significa que ela não tenha existido).

território passava por alianças de casamento e não pela mercantilização da terra. Foram vários os interlocutores - favoráveis ou contrários à proposta de território quilombola - que manifestaram uma profunda nostalgia do tempo em que o Camburi era um lugar onde reinava a tranquilidade, pois tinha espaço de sobra para todos seus moradores fazerem suas casas e plantarem suas roças. Mais do que isso, se há algo que é visto como consensual entre todos os velhos moradores do Camburi é que a terra “não valia nada”. Essa avaliação refere-se claramente ao fato de que a terra do Camburi naquela época tinha apenas valor de uso.

A partir da década de 1960, a paisagem do Camburi e as relações sociais ali reinantes sofrerão uma mudança radical. E isso de deverá a chegada do “progresso”.

Até aproximadamente essa década pode-se caracterizar o Camburi como uma comunidade exclusivamente formada por caiçaras que viviam, de maneira geral, das roças de subsistência, da caça, da coleta (inclusive de plantas medicinais¹⁵) e da pesca, sendo que os produtos excedentes, particularmente o pescado, eram utilizados como "moeda de troca" no comércio de Ubatuba e Paraty para obtenção de produtos manufaturados¹⁶.

Para o caiçara do Camburi, o ano era dividido em duas grandes épocas com duração de seis meses cada- a época de frio e a época do calor as quais por suas vez eram também subdivididas em períodos de menor duração, de acordo com a realização de algumas atividades. A grosso modo, na época do frio, era o tempo de plantar e na época do calor, era o tempo de pescar e colher o que plantou., e no entremeio desses vários tempos, existia também o tempo das festas, quase sempre relacionadas às comemorações da Igreja Católica Folia de Reis, Festa da Cruz, Festa de São João e São Pedro. (Mansano,1999:78)

Nesse sentido, tanto a parte terrestre como a marinha¹⁷ - fontes primordiais de subsistência do caiçara do Camburi - eram apropriadas através de demarcações

¹⁵ “As plantas medicinais eram praticamente a única fonte medicinal de que dispunha o caiçara de Camburi. As propriedades medicinais das plantas de remédios caseiros foram conhecimentos herdados principalmente dos índios e eram passados cuidadosamente de geração em geração.”(Mansano,1999:90)

¹⁶ “O ponto mais forte de comércio próximo ao Camburi era a Vila de Picinguaba, para onde eram levados o peixe seco, a farinha, a batata, a batata’doce, transportados de canoa ou pelas trilhas existentes no interior da mata.” (Mansano,1999:86)

¹⁷ “Naquele tempo, cada família nuclear possuía sua canoa e cada família extensa, o seu rancho. Costumava-se embarcar na mesma canoa apenas pais, filhos e genros...Na pesca não motorizada, o pai em geral trabalha com os filhos e na embarcada, a tripulação se constitui de parentes e amigos.” (Mansano,1999:97)

tradicionais, ou seja, enquanto resultado de negociações consensuais entre os núcleos familiares do Camburi.

Para termos uma idéia dos mecanismos tradicionais de ocupação da terra, a entrada de uma pessoa ou mesmo uma família “de fora” para a comunidade, estava condicionada ao casamento com algum membro do bairro. A partir desse marco de aliança, o novo casal (ou o novo núcleo familiar que com ele se formava) poderia – com a permissão tácita do restante da comunidade – ocupar uma fração do território tanto para moradia como para roça¹⁸.

A terra até naquele momento, não havia ainda se convertido em uma mercadoria e o seu valor para o caiçara de Camburi estava totalmente articulado à moradia e à subsistência econômica.

Até a década de 60, os moradores de Camburi não tinham suas posses declaradas. Existia uma espécie de consenso entre eles, no sentido de que enquanto uma pessoa, ou família, estava trabalhando em uma terra, aquela terra era daquela pessoa ou daquela família. As famílias circulavam pelo território do bairro, trabalhando em áreas consensualmente estabelecidas, sem qualquer preocupação em delimitar suas roças como propriedade. Suas terras possuíam valor de uso e não valor de mercadoria. (Mansano, 1999:66)

Esse antigo sistema de posse comunal¹⁹, que articulava ocupação territorial, apropriação e socialização de recursos naturais (roças familiares²⁰, pesca e coleta) e relações de parentesco, foi durante quase 100 anos a espinha dorsal pela qual se manteve coesa a comunidade do Camburi.

Segundo a memória do grupo, uma grande transformação na estrutura de subsistência de suas vidas já havia ocorrido na década de 1920: a intensificação da pesca da sardinha no litoral brasileiro. Esse evento desencadeou uma mudança na apropriação dos recursos naturais marítimos, ao substituir quase que totalmente a pesca artesanal – até então, uma atividade econômica acessória -, pela pesca

¹⁸ “Quando um filho casa ele costuma fazer a casa no terreno do pai. A filha também é igual. Os pais cedem o lote pro filho construí porque o sítio é grande, né. As vez forma até uma vila, um patrimônio de uma família só.” (Mansano,1999: 67)

¹⁹ “Designam situações nas quais o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre os vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social.”(Almeida, 1996:43)

²⁰ “A área de terra preparada pelo caiçara era usada por ele e sua família por dois ou três anos e então, era legada ao descanso. Nesse momento do manejo dava-se início ao pousio, cujo período de duração chegava a quinze anos.” (Mansano,1999:83)

industrial, atividade que passaria a ser uma das principais fontes de obtenção de recursos para parte dos pequenos agricultores caiçaras tanto do Camburi, como das demais comunidades litorâneas até os dias atuais. Esse processo de reocupação do território marinho e a conseqüente mudança na atividade econômica do caiçara – de pequeno agricultor para pescador “embarcado” -, pode ser considerado como o primeiro fator a causar um forte impacto sobre a situação tradicional dos habitantes do Camburi.

Apesar das mudanças propiciadas pelo impacto da pesca industrial, não há como compará-las as mudanças que viriam a ocorrer quase 40 anos depois, com a reordenação da situação fundiária do bairro.

1.3. A situação social e fundiária do bairro do Camburi a partir de 1960.

Será então a partir da década de 1960, que quatro acontecimentos históricos sucessivos, ao incidirem direta e indiretamente sobre a situação fundiária do Camburi, alterarão drasticamente as condições existenciais dos seus moradores tradicionais (Mansano,1999) :

- a abertura da rodovia ligando Caraguatatuba a Ubatuba e a autorização da abertura e construção da BR-101, ligando o litoral paulista ao do Rio de Janeiro;
- a regularização fundiária promovida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA);
- a venda da maior parte do território do Camburi para "gente de fora";
- a implantação dos Parques Nacional da Serra da Bocaina (1972) e Estadual da Serra do Mar (1977).

1.3.1. Da atuação do IBRA a venda de terras no Camburi

O primeiro dos acontecimentos assinalados, a abertura de estradas, intensificou o turismo regional e, por conseqüência, a especulação imobiliária. Paralelamente, iniciou-se a campanha para a legalização das terras nos bairros litorâneos da região, promovida pelo IBRA no início da década de 1960.

Pouco antes de os caiçaras iniciarem a venda de suas terras, técnicos do IBRA chegaram ao bairro para demarcar as terras das famílias. O IBRA tinha como diretriz a legalização da ocupação humana no meio rural ao longo do litoral do

Estado de São Paulo e outros Estados. Os caiçaras de hoje relatam ter havido, naquela época, estranhamento ao fato de começarem a pagar pelas terras consideradas deles, ms de forma geral, todos tiveram suas posses declaradas. (Mansano, 1999:112).

O morador do Camburi estava acostumado até então, como já foi assinalado, a uma maneira de apropriação de seu território tradicional bastante particular e, acima de tudo, consensual, na qual o que valia era a palavra dada, e não um papel qualquer escrito. (Mansano,1999). É possível imaginar qual foi então o impacto da demarcação oficial de terras, o pagamento de impostos, a elaboração de escrituras, etc., sobre uma população que nunca havia tido acesso ao domínio mínimo da escrita.

Em vista de tantos fatores adversos para a população nativa, não seria por acaso que quase que imediatamente passaria a ocorrer no Camburi algo até então inimaginável: a venda de terras para “gente de fora”.

"(...)O pessoal venderam.. nunca tinha visto dinheiro tão grande e fácil. Alguém chegava aqui e falava: Fulano vendeu um lote de terra por tanto e ta muito bem e aquilo começou a ir na cabeça do pessoal. Começaram a achar que o dinheiro era importante. E cada um foi vendendo um lote aqui, outro ali...até que chegou o M. e comprou um lote da dona A . Ela vendeu pro M. e a irmã dela pro J. B., assim começou. O que mais iludiu o pessoal foi que mesmo a Dona A tendo vendido seu lote na praia ela continuou morando lá, só que com mais criação, dando festa." (Depoimento de um caiçara do Camburi – Mansano, 1999:120).

Um caso paradigmático, que corrobora e atualiza o depoimento acima, ilustra com clareza tanto os fatores causadores do início da mercantilização do território tradicional do Camburi. A família Rosário, aquela que tem como fundadora a escrava Cristina, vendeu a maioria de suas glebas de terra tradicionais para um dos “grandes compradores de terra” do Camburi. Questionado pelo qual motivo havia vendido suas terras, um dos descendentes dos Rosário afirmou que na época – em 1960 – a vida tinha ficado muito difícil no Camburi, pois além de não ter condução para cidade e tampouco assistência médica, havia começado o tal processo de “demarcação” das terras pelo IBRA que implicava no pagamento de impostos.

"Quando eu vendi [sua gleba] o que mais me aborreceu foi isso. De quando chegava a ocasião [de pagar o imposto], o fim de ano, eu corria em cima deles [das outras famílias do Camburi] para eles darem um pouquinho de dinheiro pra me ajuda a pagar o imposto..." (M.I.)

Como até então, a entrada no bairro de novas famílias se dava através de alianças entre os moradores locais e caiçaras da região, via de regra, aparentados por algum laço de descendência ou afinidade, com o passar dos anos automaticamente ia acontecendo uma quase que "natural" acomodação territorial entre os então moradores e seus descendentes. Evidentemente, essa demarcação tradicional de terras em hipótese alguma dependia de algum tipo de pagamento em dinheiro, até a chegada dos impostos. A explicação do sr. M.I. ganha maior clareza assim, pois o ato de "pagar impostos" ao qual ele se refere em seu depoimento, passou a implicar em "correr em cima deles", quer dizer, pedir aos seus parentes que o ajudassem a pagar as novas despesas que emergiram a partir da transformação da terra do Camburi em mercadoria rentável.

Assim, todos estes fatores de pressão externa – particularmente, o da “descoberta” do valor da terra para o morador tradicional via imposto territorial– acabariam por detonar o início de um processo de fragmentação da coesão interna da comunidade, dado principalmente através da emergência de litígios sobre "quem é o dono do que" entre os grupos familiares, algo inédito até então.

Num contexto social e econômico marcado por tantas dificuldades e mudanças, a oferta oportuna de uma quantia em dinheiro pelos “grandes compradores de terra” - razoável para padrão de pobreza caiçara, “gente que nunca tinha visto tanto dinheiro” – foi o ato final da primeira etapa de um processo de exclusão da população nativa local que contou, mesmo que sem querer, com a participação do poder público, via a tentativa de regularização fundiária patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Os dois trechos abaixo, de duas autoridades regionais de Ubatuba, corroboram alguns dos fatores que permearam o processo de exclusão territorial das populações caiçaras locais, das quais os moradores do Camburi são remanescentes. Nota-se que, independentemente da matiz ideológica de cada um, há um consenso sobre os dispositivos ilegais utilizado pelos “grandes compradores de terra do litoral”.

Hoje, o caiçara tem sempre uma história triste para contar sobre seus avós e seus pais. Naquele tempo, chegava uma pessoa bem vestida para o pessoal humilde uma pessoa bem vestida era sempre uma autoridade dizendo que ia trazer melhorias. Com a marca de tinta do dedão no papel, o caiçara passava adiante a posse de uma terra que há tanto tempo era de sua família. Muitas testemunhas desse processo ainda estão vivas. Elas relatam que chegava uma autoridade dizendo que ia abrir uma estrada para melhorar o acesso e precisava apenas de um carimbo, da marca do dedão no papel. E assim muita gente perdeu suas terras. (Domingo dos Santos, vereador pelo PT em Ubatuba. Em: Oliveira,2001:76)

Como o Domingos e a Angela já colocaram, é uma coisa comum a gente ouvir aqui em Ubatuba que o cidadão chegou bem vestido em uma casa e falou que queria comprar uma terra, aquela terra. O caiçara respondia 'Do lado direito do rio, eu vendo para você 15 braças.' Só que quando o caiçara vinha para a cidade, aquelas 15 braças que ele tinha vendido tinham se transformado em 100 braças: toda a terra do caiçara. O caiçara analfabeto, colocava o dedão no documento e toda a sua terra ia embora, era 'vendida'. Na cidade de Ubatuba isso é uma coisa natural. Até hoje é meio complicado, porque, o poder econômico ainda fala mais alto. (Paulo Ramos, prefeito pelo PFL de Ubatuba. Em: Oliveira,2001:76)

O cenário fundiário do Camburi no início da década de 70 era o seguinte: 80% do seu território tradicional, ou seja, o chamado "coração do Camburi" (a praia), estava sob domínio e posse de dois grandes compradores de terra, enquanto que a grande maioria de seus moradores tradicionais passava a morar nas áreas mais íngremes do território.

Duas outras conseqüências sociais são decorrentes destas operações de vendas de terra : primeira, parte dos moradores tradicionais, como os descendentes dos Rosário, muda-se para cidades do litoral paulista, como Santos e a própria Ubatuba; segundo, a entrada no bairro, pela primeira vez, de "gente de fora" não

autorizada pela comunidade: são as famílias de caseiros que passam a tomar conta das glebas agora pertencentes aos “compradores de terras” já referidos.²¹

Em meio a tantas sobreposições de interesses, eis que o poder público (federal e estadual, respectivamente) cria, ainda na década de 1970, mais uma situação complicada para o Camburi: a incorporação parcial do seu território pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina (1972) e total pelo Parque Estadual da Serra do Mar (1977)²². É a chegada do “meio ambiente”.

1.3.2. Da chegada do "meio ambiente" ao Camburi aos dias de hoje.

De maneira geral, sem aprofundar em demasia a polêmica, se por um lado a “chegada do meio ambiente”, como falam os caiçaras, os “oprimiu” mais ainda, impedindo-os de continuar a fazer roças, caçar, pescar e coletar - ou seja, continuar a viver tradicionalmente -, por outro, congelou por um certo tempo a especulação imobiliária no bairro e a bem provável construção de condomínios de luxo, objetivo final, via de regra, de grandes compradores de terra no litoral brasileiro.

Distante de qualquer tipo de especulação, a grande maioria dos descendentes dos moradores tradicionais do Camburi, ao terem suas fontes de sobrevivência absolutamente comprometidas - primeiro pela perda da maioria de suas terras na década de 60 e, depois, pela chegada do "meio ambiente" -, passam a tirar seu sustento básico não mais da roça, mas sim, através de trabalhos esporádicos na construção civil (construção de estradas, casas e condomínios de veraneio, etc) ou como caseiros para turistas. Alguns poucos continuariam a tirar uma pequena renda como “embarcados”, nos barcos de pesca a motor de empregadores de fora.

A mudança tem sido radical. Em 1992 existiam ainda 6 casas de farinha. (Rodrigues, Maricondi e ,1992). Atualmente, foi-nos informado a existência de apenas uma. Interessante notar o destino das antigas casas: reformadas, tornam-se casas de veraneio para venda ou aluguel aos turistas. A impossibilidade do sistema de pousio (mudança de local das roças para preservar a terra) continuar é a causa

²¹ Os descendentes destas famílias de caseiros casaram-se com os moradores tradicionais, e isto é um motivo de contradição muito forte quando se coloca em questão a transformação do Camburi em um território quilombola. Voltaremos a discutir quais são as implicações desta contradição no final deste relatório.

²² Decreto estadual nº 10.251 de 1977. Além disso, incide sobre parte do Camburi o Parque Nacional da Serra da Bocaina (Decreto nº 68.172- 4.02.1971)

e ao mesmo tempo a desculpa para o abandono quase que total da roça de subsistência e o atrelamento definitivo da economia tradicional caiçara ao mercado capitalista. Essa talvez seja a pior situação que um caiçara tem que enfrentar no processo de perda da autonomia econômica: para ter acesso a esse tipo de mercado é necessário dinheiro, evidentemente. Para obter dinheiro é preciso emprego. Para ter acesso ao mercado capitalista de maneira constante é importante ter dinheiro constantemente, que em outras palavras significa ter um emprego fixo. Mas não existem empregos fixos na região no qual se encontra o bairro do Camburi, a não ser como funcionário público do Parque, da escola ou da enfermaria. Postos já devidamente ocupados. A outra alternativa para obtenção de recursos financeiros no Camburi é o comércio nas barracas da praia, saída esta já esgotada por estar apropriada por uma parcela minoritária das famílias locais e por pessoas de fora da comunidade.

A história abaixo, que corre de boca em boca no bairro, foi nos contada por um dos caiçaras, e exprime com exatidão a idéia nostálgica de autonomia diante da cidade:

"Contam que antigamente um rapaz de fora conheceu uma moça de Camburi e teve que aprender a fazer balaio mesmo contra a vontade. Depois de um tempo, os dois resolveram ir morar na cidade porque ele arrumou um emprego. Tempos depois ficou desempregado e passados anos voltaram para o Camburi. Chegando lá ele disse ao sogro: sorte que você me ensinou a fazer o balaio senão eu teria morrido de fome." (Depoimento de um caiçara do Camburi)

O processo de assalariamento dos moradores do Camburi, que poderia ser apenas uma decorrência inexorável da inserção da comunidade na economia regional, é fruto, em grande parte, não de um movimento próprio, mas sim, da impossibilidade do caiçara continuar a exercer suas atividades tradicionais básicas.

Não é por acaso que será a partir da década de 1980 que se reiniciará o processo de vendas de glebas para "gente de fora". O perfil destes novos compradores mudará significativamente. Não são mais os "grandes compradores de terras" da década de 60, mas sim, pessoas remediadas financeiramente que buscam realizar o famoso sonho de ter "uma casinha na praia para passar as férias" ou ainda alguns "estrangeiros" interessados em áreas preservadas (ou "paraísos

ecológicos”), ou ainda, pessoas que simplesmente passam a gostar do lugar tornando-se moradores no bairro.

Na década de 90, conjuntamente com a continuidade da venda de pequenas posses, ocorre a intensificação do turismo no bairro. A praia do Camburi torna-se um “point” para onde afluem centenas de turistas, em sua maioria, barraqueiros e surfistas, em busca do “camping selvagem”. São diversas as conseqüências negativas para a comunidade. A ausência de estrutura sanitária para atendimento ao público transforma as belas cachoeiras do Camburi em fontes potenciais de transmissão de doenças. Em 2001, para termos uma idéia, temos um surto de hepatite que atinge 22 pessoas. O acúmulo de lixo por diversos cantos da praia e das trilhas que cortam os morros passa a fazer parte da paisagem Camburinense. Mas há, digamos assim, o aspecto positivo desse afluxo de turismo, qual seja, a obtenção de uma fonte de recurso temporária, mas que passa a ser imprescindível para subsistência do caiçara.

No tempo dos antigo nós espera o tempo de planta, de pesca, mais a pesca tá ruim, mum dá nada. Num vô coloca o cerco pra te prejuízo. Agora nós espera o turista, os feriado, o verão, antes nós nem lembrava desses feriado, mais agora espera esse tempo. (Depoimento de um caiçara recolhido por Silva, 2000:77)

É sintomático que uma das transformações mais visíveis da paisagem do Camburi, a construção de bares na praia - de forma absolutamente irregular, como os próprios caiçaras reconhecem -, passa a ocupar exatamente o mesmo local onde estavam os antigos ranchos de pesca. Faça justiça aqui a dois moradores tradicionais que mantêm os ranchos de pesca, não por acaso, defensores da proposta quilombola.

De novo, algumas famílias conseguem acesso à renda que desse comércio é derivada, enquanto outras ficam à margem, pois não têm perfil para o comércio ou não conseguem espaço para colocar seus bares. Destes que estão alijados da praia, alguns oferecem seus quintais para que o turista possa acampar.

A alternativa “vender posses para gente de fora” ganha assim, para qualquer lado que se olhe no Camburi, mais e mais argumentos.

Em meio a essa paisagem turbulenta, paira quase que incólume um camping em local privilegiado, conhecido como o “camping do Munhoz”. Trata-se de uma área cercada com toda a infra-estrutura necessária para camping e fica dentro da

área que supostamente²³ é tida como propriedade de um dos grandes proprietários de terra do Camburi.

Cabe ressaltar que na entrada do bairro, ou seja, na BR-101, existem dois bares, um de cada lado da rodovia, que também estão sob domínio de pessoas de fora do bairro, caseiros que toma conta de glebas consideradas de outros supostos "proprietários de fora". Um dos bares referidos fica exatamente na encosta de uma cachoeira. Como em qualquer bar, neste também existem banheiros. As vertentes da cachoeira abastecem grande parte do bairro do Camburi.

Uma alternativa de cunho menos individual chegou a ser tentada recentemente. Tratava-se da transformação de uma área próxima à praia, de um dos supostos grandes proprietários de terra, em um camping comunitário, que ficaria sob a administração da Associação dos Moradores do Camburi. Duas conseqüências mais imediatas teriam a concretização do camping: primeiro, a retirada dos turistas barraqueiros da praia e, segundo, a arrecadação de fundos para subsidiar obras de infra-estrutura na comunidade. A médio e longo prazo, o sucesso dessa empreitada poderia reverter em um sentimento que mais tem faltado ultimamente para os moradores do Camburi: a solidariedade grupal. Tudo se encaminhava para um bom termino, sendo que, inclusive, o suposto proprietário, num gesto raro de "generosidade", havia se comprometido a ceder a área em questão. Infelizmente, por questões legalistas da Administração do Núcleo Picinguaba e da Policia Florestal, o camping comunitário teve sua execução embargada quando já tinha, inclusive, seus banheiros quase prontos.

"O episódio revela mais uma vez a relação conflituosa entre a população de Camburi e a administração do Núcleo Picinguaba ou com a policia florestal, mais ainda, revela a incoerência dos órgãos ambientais, pois o camping da associação ajudaria a sanar sérios problemas ambientais do bairro, que acontecem devido ao atual camping desordenado, que polui as águas dos rios, destrói a vegetação, etc. " (Silva, 2000 82)

Mas, os moradores do Camburi são teimosos. Ultimamente, voltaram a carga e estão de novo, preparando o camping comunitário e, para isso, estão arrendando outra área supostamente propriedade do mesmo grande proprietário.

²³ O "supostamente" se refere ao fato de que todas as glebas do bairro do Camburi estão em processo de Ação Discriminatória, o que coloca sob suspeição qualquer uma das dominialidades ali reivindicadas, seja de pessoas da própria comunidade ou de fora.

Um outro conflito entre uma das instâncias do poder público estadual – a Procuradoria do Meio Ambiente – e parte da comunidade do Camburi, tem como foco a derrubada dos bares que ficam na praia. Alguns dos moradores do Camburi, mesmo admitindo a irregularidade e a precariedade de suas instalações, têm questionado o porquê da ação movida pela Procuradoria do Meio Ambiente não incluir os bares localizados na entrada do Camburi e, até mesmo, o camping da praia. A indignação é bem simples: de novo, como foi a roça e a pesca no passado, são os moradores tradicionais do bairro que tem sua fonte de renda ameaçada.

Talvez a pior consequência que a implantação do Parque trouxe para a comunidade do Camburi foi a impossibilidade de se continuar a reproduzir sua cultura derivada em muitos aspectos do modo como essa população se apropriava dos recursos naturais. Infelizmente, existem no Camburi atualmente duas gerações de homens e mulheres que não sabem o que é um território livre onde pode se abrir roças e deixar outras descansando e que não sabem, portanto, o que é viver da roça e da pesca; que crescem e cresceram na expectativa de arrumar um emprego fixo que lhes tragam renda para suprir suas necessidades básicas. Cresceram sabendo que a praia do Camburi tem "dono", "gente grande". Diante desta realidade, não é por acaso que, segundo um dos interlocutores caiçaras, a maioria dos homens adultos do Camburi faz "bicos" como pedreiros. Não é acaso também que muito destes homens, pais de família, defendem que se faça condomínios privados e casas de veraneio no bairro. Além da garantia de uma fonte de recurso temporária, quem sabe, com sorte, após o término das obras, garante-se também, um salário de caseiro.

É importante salientar que todas estas considerações não devem ser entendidas como uma tentativa de identificar culpados pela situação social dramática vivenciada atualmente pelos moradores tradicionais do Camburi.

Não há como negar que eles mesmos, os moradores tradicionais, participaram ativamente, voluntária ou involuntariamente, do seu próprio processo de exclusão territorial. Venderam suas terras, ora coagidos por motivos de força maior (impostos sobre as terras; implantação de parques, e outras coações mais diretas e menos "legais"), ora por "ignorância" de um povo isolado, decorrente da ilusão propiciada pelo dinheiro "grande". Não há como negar também que negociantes, "homens de visão" como são conhecidos, se aproveitaram desse

processo histórico de contato de uma comunidade tradicional com o "progresso" e adquiriram o domínio e a posse de extensas áreas no Camburi, não por acaso, as melhores áreas, é claro. Lamentavelmente, todo esse processo histórico de exclusão territorial e, portanto, social, faz parte de uma lógica econômica de uma sociedade que é essa e não outra.

O que importa então reter com essa descrição histórica é que se há um verdadeiro responsável pela situação do Camburi esse responsável é o poder público que deveria, em tese, ter protegido de alguma forma essa comunidade tradicional da perda de seu território.

Em síntese, quando falamos do Camburi, estamos falando de uma comunidade com mais de 150 anos de existência, formada por remanescentes de escravos e, posteriormente, por índios. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma comunidade altamente diferenciada. Merece assim, sem nenhum demérito para qualquer outra parcela da população, uma atenção especial das autoridades e órgãos envolvidos no cenário local.

2. Considerações Finais

A política de regularização fundiária resultante da aplicação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais carrega em seu bojo dois aspectos indissociáveis: território e identidade étnica. Assim, diferentemente de outros processos de regularização fundiária que nos chamam a atenção para a injusta estrutura fundiária brasileira - como é o caso dos assentamentos rurais - a ação de identificação de comunidades de remanescentes de quilombos nos faz tomar ciência do histórico processo de exclusão social e política do qual uma considerável parte da população brasileira é herdeira pelo simples fato de ser portadora de traços físicos e culturais diferentes que a distingue dos demais grupos sociais. Em outras palavras, como tentamos deixar claro no decorrer deste relatório, o trabalho de identificação de uma determinada comunidade como remanescentes de quilombos implica inevitavelmente em uma reflexão sobre dois processos fundamentais que estão intrinsecamente associados à democratização da sociedade brasileira: a redistribuição de terras e a reafirmação de identidades diferenciadas (leia-se, no caso, afro-descendentes) há muito tempo excluídas dos benefícios resultantes do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Nesse registro, é importante salientar claramente que a equipe tentou não perder de vista que um dos objetivos centrais presentes nesse trabalho, para não dizer o mais importante, era o de fazer com que a comunidade do Camburi ao discutir a questão quilombola, refletisse também sobre a condição social de exclusão e de auto-preconceito que eles, enquanto afrodescendentes (assumidos ou não) vivenciam.

Em todas as reuniões fizemos menção ao fato de que todos os moradores tradicionais do Camburi poderiam, se assim o quisesse, se identificar como afrodescendentes, portanto, quilombolas, pois tanto a árvore genealógica da comunidade, os documentos levantados sobre a ocupação local e os relatos orais recolhidos entre os mais velhos, assim o permitiam.

Infelizmente, apesar da grande maioria dos moradores tradicionais contrários à proposta de território quilombola reconhecerem os seus vínculos de parentesco com antigos escravos, não foi possível avançar para o passo posterior e decisivo, qual seja, a aceitação da proposta de um território quilombola integral no Camburi .

Dentre as inúmeras explicações para essa recusa, existem as mais óbvias como a desconfiança histórica de comunidades em relação a qualquer proposta de mudança que venha do poder público, até algumas mais complexas, como por exemplo, o da emergência de um movimento por parte da comunidade, que mesmo sendo descendente dos antigos escravos, prefere se identificar como remanescentes de famílias indígenas ("karapevas") e não de famílias de escravos.

Outro aspecto importante que está por detrás do rechaço à proposta quilombola se refere à falta de compreensão desses moradores sobre o termo quilombo e os direitos propostos pelo Artigo 68 da Constituição Federal. Alguns desses membros, demonstrando total desconhecimento sobre o assunto, chegaram a nos dizer que a transformação do bairro do Camburi em um território quilombola faria com que eles ficassem "presos" que nem antigamente, "que nem na época da escravidão", ou ainda, que "quilombo era coisa do diabo", "que teriam que dançar candomblé todos os dias", etc. Ou seja, ao que tudo indica, um bom trabalho prévio de esclarecimento - visando eliminar os preconceitos expressos nas falas acima referidas, como também explicar didaticamente quais os benefícios que viriam para os moradores refratários à proposta pelo reconhecimento da comunidade do

Camburi como remanescentes de comunidades de quilombos - faria com que grande parte dos refratários a essa idéia mudasse de opinião, como pudemos constatar em nosso trabalho de campo.

Somado a esse trabalho de esclarecimento, ficou também bastante evidenciado para a equipe que se houver por parte do poder público - particularmente, o Instituto Florestal - a concretização de algumas demandas antigas e consensuais entre todos os grupos da comunidade - por exemplo, a autorização para tornar minimamente trafegável a estrada que liga o bairro a BR-101 e a instalação de energia elétrica -, é bem provável que muitas das famílias do Camburi passem a defender a transformação do bairro em um território quilombola.

Em virtude deste contexto, por ora, conforme combinamos com os membros associados à Associação dos Remanescentes de Comunidades de Quilombos do Camburi, daremos ainda o devido tempo para que o território tradicional quilombola do Camburi seja reconhecido e demarcado, na expectativa de que todos os moradores do Camburi, uma vez esclarecidos dos benefícios desta proposta, aceitem de maneira consensual.

Não custa repetir que a investigação histórica e antropológica indicou que a totalidade dos membros da comunidade poderá se assumir como remanescentes de comunidades de quilombos, pois revelou com clareza os seus vínculos familiares com os primeiros núcleos de escravos que ocuparam o Camburi.

Em termos de dimensões territoriais, o mapa a seguir é a base na qual será construído junto com a comunidade do Camburi o futuro território quilombola. Ele é expressão ao mesmo tempo das fronteiras da antiga fazenda do Cambury, conforme discutimos anteriormente, como também espaço de ocupação imemorial dos seus moradores tradicionais. Ressalte-se que a presença do Bairro da Cabeçuda no mapa atende justamente os mesmos pressupostos acima, ou seja, esse bairro faz parte do território tradicional quilombola, tanto em termos de memória do grupo que reside no Camburi como dos limites da antiga Fazenda Cambury. Entretanto, as famílias que ali residem - aliás, grande parte de ex-moradores do atual bairro do Camburi - não foram estudadas detalhadamente, o que implicará em futuros trabalhos de campo nesse local.

A proposta de território quilombola que será construída futuramente junto com a comunidade do Cambury deverá atender tanto a demanda do grupo, como a

diretriz principal que norteia o trabalho de reconhecimento de remanescentes de comunidades de quilombos em São Paulo, qual seja, a da necessidade de um limite territorial que contemple as condições mínimas para que a comunidade beneficiada possa se reproduzir física e culturalmente de maneira adequada no presente e no futuro.

Nesse sentido, apenas como ilustração, uma vez recuperadas para a comunidade do Camburi as áreas que hoje se encontram sob suposto domínio de "gente de fora" - evidentemente, dentro dos tramites legais permitidos, ou seja, com o julgamento da Ação Discriminatória em curso -, é recomendável que as diversas famílias que hoje se encontram morando em locais de alta declividade sejam remanejadas para tais áreas, pois são planas e condizentes não só com uma boa moradia, com também para possíveis projetos de pequenas pousadas para ecoturismo sustentável gerenciados pelos moradores tradicionais.

Por fim, é importante ressaltar que após mais de 50 anos de tentativas voluntárias ou involuntárias de retirar a comunidade do Camburi do seu território tradicional – atualmente e lamentavelmente, cada vez mais dilapidado e fragmentado -, os grupos locais que a compõem continuam a resistir bravamente ao abandono definitivo de suas raízes ancestrais.

Não há dúvida alguma que o acesso à cidadania plena dos moradores tradicionais do Cambury, após tantas transformações, iniciará definitivamente a partir do momento que seu território esteja definitivamente regularizado e livre de litígios. A proposta de demarcação do território quilombola no Cambury, através das provas incontestáveis aqui levantadas, será, acreditamos, a porta de entrada para o processo de integração desta comunidade tradicional e diferenciada a uma vida social em que a dignidade e a plena cidadania prevaleçam indefinidamente.

Luís Roberto de Paula
Antropólogo

Bibliografia consultada.

CERQUEIRA, Beatriz Westin

(1966) “Um estudo sobre a escravidão em Ubatuba” – EM: Estudos Históricos . Número 5. Dezembro/1966. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília

FUNDAÇÃO ITESP

(2000) Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista territorial – Cadernos ITESP 3.

MANSANO, Candice Filipak

(1999) Do “Tempo dos Antigo” ao “Tempo de Hoje”: o caiçara de Camburi entre a terra e o mar. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP.

MARCÍLIO, Maria Luiza

(1986) Caiçara: Terra e População, São Paulo. CEDHAL.

OLIVEIRA, Leinad Ayer de (org.)

(2001) Quilombos a hora e a vez dos sobreviventes. Comissão Pró-Índio. SP.

SILVA, Simone Rezende

(2000) Camburi, transformações de uma população tradicional. Caiçaras em uma Unidade de Conservação. Trabalho de Graduação Individual (TGI). Departamento de Geografia. USP.